

»cb.poder | LEILA BARROS | SENADORA (PDT-DF)

Parlamentar considera fundamental o Legislativo investigar a fundo a compra do Master pelo Banco de Brasília e o envolvimento do governador Ibaneis Rocha

“O Senado não é tribunal. Queremos trazer solução”

» LETÍCIA CORRÊA*

Para a senadora Leila Barros (PDT-DF), as investigações sobre a fraude do Banco Master estão apenas começando. Integrante da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, ela aponta que é preciso esclarecer, sobretudo, como a compra do banco de Daniel Vorcino pelo BRB — que, segundo ela, corre risco de liquidação ou federalização — e o envolvimento do governador Ibaneis Rocha (MDB) na transação. À edição de ontem do CB.Poder — uma parceria entre o **Correio** e a TV Brasília —, ela defendeu o afastamento de Ibaneis e disse ser “impossível” que não esteja envolvido no esquema. A seguir, os principais trechos da entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ronayre Nunes.

Qual sua avaliação sobre os primeiros movimentos do grupo de trabalho formado para investigar o caso Master?

Todos estão muito motivados para acompanhar a investigação e dar transparência a todo esse processo. É um dever do Senado acompanhar esse escândalo, pois afeta duramente o sistema financeiro. Além disso, vemos o BRB no centro de toda essa polêmica. Embora não seja um trabalho que nos deixe felizes, é nosso dever trazer todos os esclarecimentos à população. Sei que este é um ano eleitoral, atípico, e existe uma preocupação, pois pessoas citadas ou envolvidas nessas fraudes podem disputar pleitos em seus estados. Isso é claro para nós, mas não fomos nós que causamos o problema.

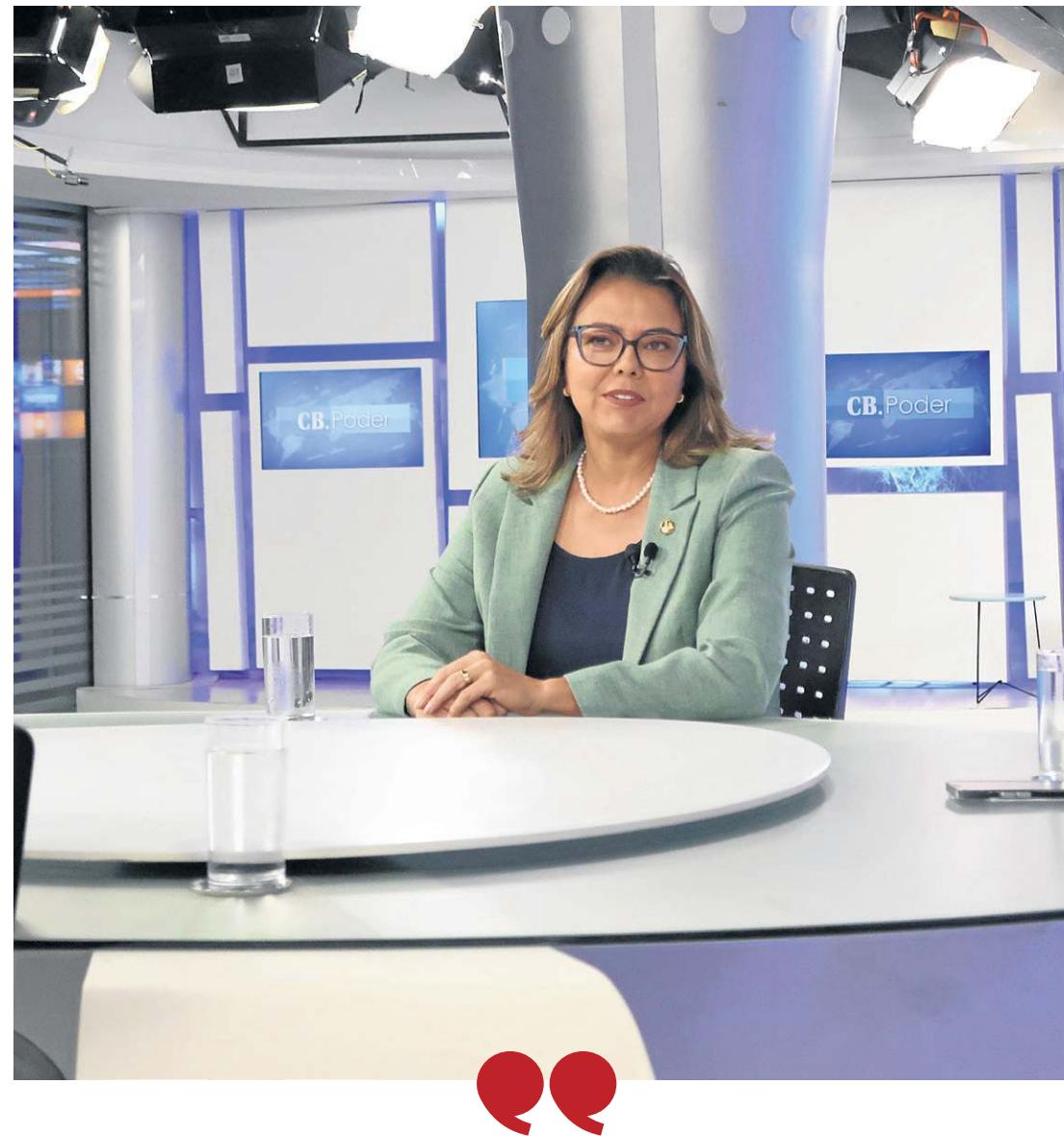
De um lado, vemos o movimento da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), no sentido de investigar. Segundo ele, trata-se da maior fraude bancária já ocorrida no Brasil, envolvendo bilhões de reais. Mas, de outro, há um movimento da chamada “bancada Master” — um suposto “acordão” para abafar a confusão devido ao ano eleitoral. Como a senhora vê isso?

Acho um escândalo. As eleições passam, mas o prejuízo bilionário permanece. Estamos falando de valores que atingem diretamente os mais vulneráveis e os servidores. Falamos de previdências e aposentadorias de pessoas que investiram a vida inteira para ter conforto no futuro. Vimos o caso da previdência do Rio de Janeiro, onde o ex-presidente foi preso após investir quase R\$ 1 bilhão no Master. Com relação ao Distrito Federal, temos essa mesma preocupação, pois, até o momento, não houve esclarecimentos sobre o Iprev e a previdência dos nossos servidores. Não sabemos a extensão desse envolvimento ou se há ações do BRB vinculadas. É algo muito sério. Para além da questão eleitoral, existe a questão da consciência sobre como isso afetará os orçamentos e as previdências estaduais. Os servidores não pediram que os agentes assinassem contratos ou firmassem parcerias em seus nomes e, agora, essa sujeira pode cair no colo de quem não tem culpa nenhuma.

A senhora acredita que virá muito mais?

Não tenho dúvida. Todo dia surge uma nova notícia, um novo envolvimento ou um novo ator. Estamos no início de uma grande fraude, de uma sequência bizarra de situações que podem trazer grandes prejuízos aos envolvidos.

Qual a importância do Senado estar envolvido, considerando



O próximo governador e a bancada enfrentarão o desafio de gerir um orçamento afetado, o que prejudicará áreas como saúde, educação e segurança pública”

que o jogo político em ano eleitoral é uma preocupação?

Como a senhora avalia a participação na investigação?

Não somos juízes e não faremos da comissão um ato de perseguição política. Nossa dever é apurar. O senador Renan Calheiros deixou claro no plano de trabalho que vamos acompanhar as investigações e trazer os fatos à luz, dando transparência na medida do possível. Além disso, o Congresso precisa se debruçar sobre a legislação: o que falta para termos mais segurança e transparência em transações, fundos e questões previdenciárias? Vejo isso como uma grande missão no meu mandato. O grupo de trabalho está consciente da sensibilidade do tema, mas focado na responsabilidade de reformular o marco legal do sistema financeiro.

Os três senadores do Distrito Federal apresentaram um requerimento para convidar o governador Ibaneis Rocha. Qual a sua avaliação sobre a participação dele e o que a senhora gostaria que ele esclarecesse?

A relação entre o Master e o BRB é evidente. É impossível que um governador — que comanda as instituições, a polícia e é o acionista majoritário do banco — não tenha participado da decisão de usar R\$ 2 bilhões de dinheiro público para comprar um banco privado. Ninguém acredita que não soubesse. O afastamento dele não é uma condenação, mas uma medida para garantir que a investigação ocorra de forma transparente, sem interferências. É impossível o investigado comandar a ação.

A senhora defende o afastamento dele?

Defendo, pois ele está sendo investigado. Como o investigado poderá comandar e atuar no acompanhamento da investigação sendo o acionista majoritário e chefe das instituições do DF? Para que haja transparência e nenhum tipo de “filtro”, o afastamento é necessário.

Não é uma questão eleitoral. Não criei o problema, estou buscando

a solução e o afastamento é uma das soluções necessárias.

Sobre o BRB, a nova gestão está em contato com o BC para apresentar um plano de garantias em relação aos prejuízos causados pelo Master. Haverá um capítulo específico sobre o BRB no grupo de trabalho?

Vamos trabalhar para isso. É impossível não tratarmos o BRB com a devida responsabilidade. Hoje não temos esclarecimentos sobre nada: por que comprar o banco? Quem seria beneficiado? Por que gastar R\$ 2 bilhões de dinheiro público? Não houve resposta sobre benefícios para a população, como construção de hospitais ou redução de crédito habitacional. O BRB não é um banco de investimento, é um banco de desenvolvimento que perdeu sua vocação nos últimos anos. É preocupante. Precisamos entender a questão da previdência dos servidores e a quem interessava essa compra. Falamos de um rombo que afetará o patrimônio e os cofres do BRB, que corre risco de liquidação ou federalização.

A população não foi consultada sobre essas transações de risco e agora pagará o preço. Precisamos investigar, saber os nomes de quem aprovou isso e o tamanho real do prejuízo.

Sobre as graves consequências envolvendo o BRB e o Ibaneis. Existe também uma discussão sobre o impacto desse escândalo nas eleições do Distrito Federal. Rumores indicam que a candidatura do governador ao Senado estaria sendo reavaliada, enquanto outros nomes da direita, como Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, surgem como possíveis candidatas. A senhora acha que esse escândalo abre espaço para candidaturas de esquerda, fortalecendo nomes como o seu?

Independentemente da vertente política, o próximo governador e a bancada enfrentarão o desafio de gerir um orçamento afetado, o

que prejudicará áreas como saúde, educação e segurança pública. Tenho lutado pela manutenção do Fundo Constitucional no Senado há sete anos. Meu maior dever, agora, é cumprir meu papel na investigação. Independentemente de quem esteja na disputa, meu foco é trabalhar pelo equilíbrio das contas do DF.

A crise do BRB e do Master pode ameaçar o Fundo Constitucional?

Um escândalo desses pode anular todo esse esforço orçamentário. O Fundo Constitucional sempre foi alvo de debate no Congresso. Se o rombo (do Master), que já passa de R\$ 5 bilhões, se confirmar maior, o desafio de Brasília será enorme. O Congresso acompanha a situação e sabe das dificuldades. A punição aos envolvidos e a transparência no sistema financeiro são cruciais. A defesa do fundo é o único momento em que sinto a bancada do DF totalmente unida.

Ou seja, o escândalo pode ser uma ameaça à solidez do fundo?

Neste momento, não. Temos conversado internamente. Mas o fundo é uma preocupação diária, pois dele depende a manutenção da segurança, da saúde e da educação.

Esse problema orçamentário será um tema central, independentemente de quem venha a governar...

Com certeza. A saúde financeira da cidade será o grande palco das discussões eleitorais. A investigação deve se estender até o pleito e a população precisa saber o impacto disso na cidade, que já não vai bem.

Teremos de vender patrimônio?

Vender patrimônio ou aumentar impostos. É uma realidade que não está clara nem para os parlamentares, quanto mais para a população.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



Disputa entre Lula e Flávio limita o espaço para uma terceira via

A pesquisa Genial/Quaest divulgada em fevereiro mostra que o país chega à disputa presidencial de 2026 profundamente dividido, tanto do ponto de vista ideológico quanto geográfico, social e emocional. Luiz Inácio Lula da Silva lidera todos os cenários de primeiro e segundo turno, mas essa liderança convive com sinais claros de desgaste e com a consolidação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como adversário competitivo. O resultado é um quadro de vantagem numérica para o presidente, porém instável e longe de conforto.

No cenário principal de primeiro turno, Lula aparece com 43% das intenções de voto, contra 38% de Flávio. Brancos, nulos e eleitores que dizem não votar somam 17%, enquanto 2% permanecem indecisos. É uma polarização estrutural, entre dois polos que abduzem o sistema político-partidário. Há pouco espaço para alternativas de terceira via trafegando pelo centro. A eleição é um embate direto entre esquerda e direita, como em 2018 e 2022, já no primeiro turno.

Segundo Felipe Nunes, responsável pela pesquisa, essa divisão também se expressa de forma clara quando se observa a avaliação do governo. Hoje, 49% desaprovam o trabalho de Lula, enquanto 45% aprovam. Na avaliação qualitativa, 39% consideram o governo ruim ou péssimo, 33% o avaliam como bom ou ótimo e 26% o classificam como regular, o que gera um saldo negativo de seis pontos.

Esses números permanecem estáveis desde outubro de 2025, com opiniões cristalizadas, pouco permeáveis a fatos novos e altamente resistentes a mudanças abruptas. Mesmo liderando em todos os cenários, Lula enfrenta um grande problema: 57% dos entrevistados afirmam que ele não merece mais quatro anos como presidente, contra apenas 39% que defendem um quarto mandato.

Esse descompasso entre liderança eleitoral e desejo de continuidade mostra que a rejeição ao adversário é fator que desequilibra a disputa. E revela uma postura defensiva dos eleitores, motivada pelo medo da volta do bolsonarismo e não por um projeto político de nação que empolgue. Entretanto, pegou de surpresa os setores que apostavam numa alternativa de centro capaz de derrotar Lula, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Foi muito rápida a consolidação de Flávio como principal nome da oposição. Desde sua indicação pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, cresceu oito pontos em cenários mais amplos, enquanto Lula oscilou levemente para baixo e candidaturas como a de Ratinho Jr. perderam fôlego. O senador conseguiu algo que, até então, parecia improvável: unificar o eleitorado bolsonarista (92% votam nele), atrair a maioria da direita não bolsonarista (65%) e se tornar, de fato, o candidato mais viável do campo conservador.

Os independentes

Seu desafio é o eleitor independente, aquele segmento que decide de eleições dessa natureza. Mas a diferença de Lula para Flávio nessa fatia do eleitorado caiu de 16 pontos, em janeiro, para apenas cinco pontos. A vantagem de Lula em um eventual segundo turno contra o senador caiu de 10 para cinco pontos. O sucesso do candidato de oposição se deve ao “dedazo” do pai, mas não apenas. Há um deslocamento de eleitores independentes, que criticavam a polarização.

Nesse aspecto, a estratégia de uma frente de esquerda adotada por Lula no primeiro turno das eleições, a mesma tática de 2022, pode criar mais dificuldades para sua reeleição do que se imagina. O Lula pintado para a guerra para unir a esquerda distancia o eleitor de centro. Enquanto isso, Flávio tenta combinar o antipetismo radical com uma imagem de candidato da pacificação. Não parece, mas a proposta de anistia se encaixa na narrativa de que “Flávio não é tão radical quanto o pai”.

Hoje, 41% não querem a continuidade de Lula no poder, enquanto 44% têm medo da volta da família Bolsonaro. Ou seja, as rejeições cruzadas são a tendência dominante. Lula ainda tem maior potencial de voto entre independentes, mas essa vantagem está caindo.

A estratégia de lançamento de vários candidatos de centro era considerada uma boa alternativa para a candidatura de Tarcísio, de olho na captura desses eleitores independentes no segundo turno. Agora, foi atropelada por Flávio. Os governadores do Paraná, Ratinho Jr., e de Goiás, Ronaldo Caiado, ambos do PSD, estão sendo comprimidos pela polarização. O governador gaúcho Eduardo Leite nem se fala.

A terceira via precisaria do eleitorado bolsonarista para se viabilizar, mas isso é uma missão impossível com Flávio na disputa. Para crescer fora do bolsonarismo, precisa afastar-se dele. Porém, com isso, perde o eleitorado conservador.

Trocando em miúdos: mesmo que não aconteça nada de extraordinário, teremos uma eleição dramática, muito radicalizada, na qual a narrativa de Lula, ao combinar o discurso da “economia do afeto” com a “cultura de rechaço”, ocupa todo o espaço da esquerda, mas enfrenta dificuldades ao centro, que está sendo atraído pelo bolsonarismo mais uma vez.

NO CENÁRIO PRINCIPAL DE PRIMEIRO TURNO, LULA APARECE COM 43% CONTRA 38% DE FLÁVIO BOLSONARO